

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do ComércioClass.: Calha NorteData: 27.03.90Pg.: 108

1990

Projeto Calha Norte

ADHERBAL MEIRA MATTOS
ADVOGADO, ESCRITOR E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

O Projeto Calha Norte ocupa 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal, datando de 1985, envolvendo os Ministérios Militares, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde, etc. tomando por base eventuais conflitos fronteiriços entre países vizinhos e a atual conjuntura do Caribe.

Para o Projeto, são fatores adversos, uma extensa fronteira não vivificada, alida a um grande vazio demográfico de toda a área ao norte do Amazonas-Solimões; a instabilidade interna dos países vizinhos; reservas indígenas existentes e reclamadas em regiões ricas em minérios, com parques indígenas em vias de implantação ou já implantados na faixa de fronteira; extrema dificuldade para operações militares; trânsito ilegal de estrangeiros; tráfico de drogas; evasão de riquezas; conflitos de terras; e **preservação ecológica**, entre outros.

Numa segunda fase, o Projeto analisa as necessidades fundamentais, para a imensa área de 6.500 km, onde já estão atuando pistas de pouso, pelotões de fronteira em 15 Postos, escolas, postos de saúde e estradas. Trata-se do incremento das relações bilaterais entre os países da Região; do aumento da presença militar na Área; da intensificação de campanhas de recuperação dos marcos limitrofes; e da definição de uma política indigenista apropriada, tendo em vista a faixa de fronteira, ao lado da ampliação da infraestrutura viária, da aceleração da produção de energia hidrelétrica, da interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e do aumento da oferta de recursos sociais básicos.

Numa terceira fase, o Projeto distingue três espaços diferenciados: a Faixa de Fronteira, entre Tabatinga e Oiapoque. A Orla Ribeirinha dos Rios Solimões e Amazonas e seus afluentes (Zonas Ribeirinhas). E o Núcleo Interiorano ou Núcleo Regional. Projetos especiais estão sendo criados para elas, enfatizando-se a primeira, compreendendo o trecho da presença dos índios Yanomâmi, no noroeste de Roraima e ao norte do Amazonas (fronteira com a Venezuela); trecho ao norte e ao leste de Roraima (fronteira com a Venezuela e a Guiana); trecho do Alto Rio Negro, a noroeste do Amazonas (fronteira com a Venezuela e a Colômbia); trecho do Alto Solimões e Alto Traíra (fronteira oeste do Amazonas com a Colômbia); trecho do Tumucumaque (fronteira norte do Pará com o Suriname); e trecho ao norte do Amapá (fronteira com a Guiana Francesa).

A estratégia, segundo o Projeto, tem início no primeiro espaço acima — Faixa de Fronteiras entre Tabatinga e Oiapoque — e compreende diversos projetos especiais. Temos o incremento das relações bilaterais, através de medidas específicas: revisão da atual legislação de comércio fronteiriço; incremento das atividades de cooperação técnica; revitalização dos mecanismos do Pacto Amazônico; reforço da cooperação internacional contra o narcotráfico (epadu e outros); novas ligações rodoviárias; e melhoria da rede consular de fronteira. Paralelamente, cuidou o Projeto do aumento da presença militar na Área, da intensificação das campanhas de recuperação de marcos limitrofes e a definição de uma política indigenista apropriada à Região, principalmente, através do trabalho do Ministério das Relações Exteriores e da FUNAI.

Falam os jornais na revisão, pelo novo governo, do Projeto, sendo o elemento segurança nacional substituído pelo elemento meio ambiente. Mas, como demonstrado, o Projeto engloba as duas variáveis, compreendendo uma ação conjunta em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e militares. A Amazônia é uma macrounidade e, como tal, deve o Projeto levar em consideração todos esses aspectos, como, aliás, ficou nele próprio expressamente previsto. Além disso, o Projeto Calha Norte é uma resposta nacional unilateral ao desafio que a Região Amazônica apresenta, como um todo, caracterizando-se por seus aspectos políticos e estratégicos, no sentido de garantir a Nação, de modo orgânico, em virtude do comprovado insucesso do Pacto Amazônico, este, de natureza inter-regional, em termos de cooperação econômico-social da Área, que de forma mecânica, pretendeu efetivar a defesa do meio ambiente da Região, mas, que não atingiu, efetivamente, seus objetivos básicos.

O Projeto Calha Norte, não elide a aplicação do Pacto Amazônico, até porque suas linhas específicas cogitam da revitalização dos mecanismos do Pacto, como demonstrado acima. Daí se conclui que ambos os instrumentos têm vida autônoma, mas, ao mesmo tempo, se completam. Isto não elide, também, eventuais reformas do projeto Calha Norte, pois toda norma jurídica é passível de revisão. No tocante, porém, ao meio ambiente, é preciso ressaltar-se que o Projeto dele originariamente cogitou, expressamente, de forma prioritária, entre os inúmeros fatores adversos que precisavam de comando, coordenação e controle.